

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.954 - PA (2019/0351827-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : ADRIELLY CRISTINA DA SILVA ALVES
ADVOGADO : NEY GONÇALVES DE MENDONÇA JÚNIOR - PA007829
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA POR CAUTELARES DIVERSAS OU PELA PRISÃO DOMICILIAR. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. NOVO TÍTULO. CONCEDIDO O BENEFÍCIO NO TRIBUNAL *A QUO* POR MOTIVO DIVERSO. ALTERAÇÃO DA REALIDADE FÁTICO-PROCESSUAL. PERDA DO OBJETO.

Recurso em *habeas corpus* prejudicado.

DECISÃO

O contexto apresentado pelo advogado Ney Gonçalves de Mendonça Junior no presente recurso *habeas corpus* está completamente alterado.

Isso porque, de acordo com as informações constantes da página do Tribunal estadual na internet, sobreveio, em 10/2/2020, a prolação de sentença de condenação penal, ocasião em que a necessidade de manutenção da prisão preventiva da recorrente foi reanalisada, em juízo de cognição bem mais amplo. Vale destacar que o anterior título judicial não apresentava nenhuma ilegalidade aparente, tendo sido mencionado pelo Juízo de piso que, considerando que *a acusada responde a vários processos criminais, inclusive com sentenças penais condenatórias por crimes da mesma natureza do apurado nos autos*, e que *há, ainda, processos em que acusada já recebeu o benefício da substituição por medidas cautelares diversas da prisão*, e, ainda assim, *voltou a delinquir*, está configurada no caso *situação excepcional*, a justificar o *indeferimento da substituição da prisão preventiva por domiciliar e a consequente manutenção da prisão preventiva* (fl. 43).

Afora isso, conforme noticiado pelo Tribunal *a quo* às fls. 238/243, foi concedida à ora recorrente a prisão domiciliar *enquanto perdurar a situação de pandemia em relação ao novo coronavírus*, devendo a ré *permanecer recolhida em sua residência, em tempo integral, somente podendo dela se ausentar para atendimento e*

Superior Tribunal de Justiça

tratamento médico, comunicando-lhe qualquer alteração do seu endereço residencial, devendo a medida, ao final do prazo, ser reavaliada pelo juízo a quo, a fim de constatar a possibilidade, ou não, de retorno da paciente à Unidade Prisional (fl. 242).

À vista, pois, da nova realidade fático-processual, perdeu o objeto o presente recurso. **Julgo-o, portanto, prejudicado** (art. 34, XI, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator